

VEREDAS

Revista da Associação Internacional de Lusitanistas

VOLUME 8



PORTO ALEGRE
2007

A AIL – Associação Internacional de Lusitanistas tem por finalidade o fomento dos estudos de língua, literatura e cultura dos países de língua portuguesa. Organiza congressos trienais dos sócios e participantes interessados, bem como co-patrocina eventos científicos em escala local. Publica a revista *Veredas* e colabora com instituições nacionais e internacionais vinculadas à lusofonia. Sua sede se localiza na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em Portugal, e seus órgãos diretivos são a Assembléia Geral dos sócios, um Conselho Diretivo e um Conselho Fiscal, com mandato de três anos. Seu patrimônio é formado pelas quotas dos associados e subsídios, doações e patrocínios de entidades nacionais ou estrangeiras, públicas, privadas ou cooperativas. Podem ser membros da AIL docentes universitários, pesquisadores e estudiosos aceitos pelo Conselho Diretivo e cuja admissão seja ratificada pela Assembléia Geral.

Conselho Diretivo

Presidente: Regina Zilberman, UFRGS
regina.zilberman@gmail.com

1º. Vice-Presidente: Carlos Reis, Univ. de Coimbra
c.a.reis@mail.telepac.pt

2º. Vice-Presidente: Elias Torres Feijó, Univ. de Santiago de Compostela
fjetorres@usc.es

Secretária-Geral: Maria da Glória Bordini, UFRGS
mgbordini@portoweb.com.br

Vogais: Ana Mafalda Leite (Univ. Nova de Lisboa); Benjamin Abdala Junior (Univ. São Paulo); Cristina Robalo Cordeiro (Univ. Coimbra); Ettore Finazzi-Agrò (Univ. Roma, La Sapienza); Fátima Celeste Ribeiro (Contacto, Serviços de Línguas, Lda); Helena Rebelo (Univ. da Madeira) M. Carmen Villarino Pardo (Univ. Santiago de Compostela); Sebastião Tavares de Pinho (Univ. Coimbra); Rolf Nagel (Univ. Duisburg); Teresa Cristina Cerdeira da Silva (Univ. Fed. do Rio de Janeiro).

Conselho Fiscal

Fátima Viegas Brauer-Figueiredo (Univ. Hamburgo); Laura Calcavante Padilha (Univ. Fed. Fluminense); Thomas Earle (Univ. Oxford)

Associe-se pela *homepage* da AIL:

www.lusitanistasail.net

Informações pelos *e-mails*:

[lusitanistasail@terra.com.br](mailto:ailusit@ci.uc.pt); ailusit@ci.uc.pt

Veredas

Revista de publicação anual

Volume 8 – Agosto de 2007

Diretor:

Regina Zilberman

Diretor Executivo:

Benjamin Abdala Junior

Conselho Redatorial:

Aníbal Pinto de Castro, Axel Schönberger, Claudio Guillén, Cleonice Berardinelli, Fernando Gil, Francisco Bethencourt, Helder Macedo, J. Romero de Magalhães, Jorge Couto, Maria Alzira Seixo, Marie-Hélène Piwnick, Ria Lemaire. *Por inerência:* Ana Mafalda Leite; Carlos Reis; Cristina Robalo Cordeiro; Elias Torres Feijó; Ettore Finazzi-Agrò; Fátima Celeste Ribeiro; Fátima Viegas Brauer-Figueiredo; Helena Rebelo; Laura Calcavante Padilha; M. Carmen Villarino Pardo; Maria da Glória Bordini; Rolf Nagel; Sebastião Tavares de Pinho; Teresa Cristina Cerdeira da Silva; Thomas Earle

Redação:

VEREDAS: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas

Endereço eletrônico: ailusit@ci.uc.pt

Realização:

Coordenação: Luiz Fagundes Duarte

Revisão: Tania Regina Ortiz Vernet

Capa: Atelier Henrique Cayatte – Lisboa, Portugal

Impressão e acabamento:

Evangraf, Porto Alegre, Brasil

ISSN 0874-5102

SUMÁRIO

EDITORIAL	09
LUIZ FAGUNDES DUARTE	
Tempo de perguntar	11
TEORIA E CRÍTICA DA CRÍTICA	
ALMUTH GRESILLON	
La critique génétique: origines, méthodes, théories, espaces, frontières	31
GIUSEPPE TAVANI	
O texto medieval e as suas “misérias e desventuras”	46
VANDA ANASTÁCIO	
Quando o papel interfere com a escrita: reflexões sobre alguns autógrafos do Segundo Marquês de Alorna	75
JOÃO DIONÍSIO	
<i>Criticus fit</i>	104
CRÍTICA E LINGUÍSTICA	
HEITOR MEGALE, SÍLVIO DE ALMEIDA TOLEDO NETO, PHABLO ROBERTO MARCHIS FACHIN, RENATA FERREIRA COSTA, VANESSA MARTINS DO MONTE	
Crítica textual: análise grafemática e pesquisa lingüística	127
LUÍS PRISTA	
Um manuscrito de João Félix Pereira: a <i>Carta</i> sobre a Reforma Ortográfica de Barbosa Leão	147

O cânone da literatura queirosiana

CARLOS REIS

Universidade de Coimbra
Universidade Aberta

1. A preparação da edição crítica da chamada “obra completa” de um autor implica operações não apenas de ordem técnico-editorial (do âmbito estrito da crítica textual), mas também de outras naturezas, operações essas entendidas como procedimentos prévios, paralelos ou subsequentes ao trabalho de edição propriamente dito. O presente texto abordará, de forma sucinta, algumas dessas operações, justificando-as e caracterizando-as, tendo em vista um caso concreto: a edição crítica das obras de Eça de Queirós, série editorial que coordeno e de que foram já publicados 10 volumes¹. Deste modo, tratarei não apenas de expor alguns dos critérios editoriais que regem o projecto em curso, mas também de confirmar a bondade de uma tese que, em parte, o motivou: o de que a designada *literatura queirosi-*

¹ Designadamente (e por ordem de publicação): *A Capital!*, por Luiz Fagundes Duarte (1992); *O Mandarim*, por Beatriz Berrini (1993); *Alves e C^o*, por Luiz Fagundes Duarte e Irene Fialho (1994); *Textos de Imprensa VI*, por Maria Helena Santana (1995); *A Ilustre Casa de Ramires*, por Elena Losada Soler (1999); *O Crime do Padre Amaro*, por Carlos Reis e Maria do Rosário Cunha (2000); *Textos de Imprensa IV (da Gazeta de Notícias)*, por Elza Miné (2002); *Contos II*, por Marie-Hélène Piwnik (2003); *Textos de Imprensa I (da Gazeta de Portugal)*, por Carlos Reis e Ana Teresa Peixinho (2004); *Textos de Imprensa V (da Revista Moderna)*, por Elena Losada Soler (2005). Todas as edições pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

ana (voltarei a esta expressão) se estabelece em termos sensivelmente distintos do que pensávamos há umas duas décadas.

Em termos genéricos, direi que, antes propriamente de entrar em cena a crítica textual, intervêm na edição crítica, entendida como labor que visa um conjunto de textos e não apenas um caso isolado, outras disciplinas e metodologias, mesmo que de forma discreta. Por exemplo: a história literária, que implica o conhecimento da actividade literária do escritor Eça de Queirós, em cenários, circunstâncias de vida e motivações ideológicas e literárias próprias; a sociologia da literatura, por aquilo que na obra queirosiana surpreendemos de respostas mediatas a envolvimento sociais, políticos e económico-culturais, respostas que se traduziram numa certa produção de textos e na sua circulação como mercadoria cultural; a história da cultura, numa acepção ampla e difusa da expressão, interessando-se pelo lugar de um grande escritor no contexto da produção de bens culturais, num tempo preciso (a segunda metade do século XIX), com as suas injunções económicas, com o seus condicionamentos materiais e mentais, e com as suas práticas simbólicas, tudo podendo determinar, pelo menos em parte, a chamada fortuna cultural de um escritor.² Uma fortuna cultural indissociável, como adiante se verá, da fortuna editorial do escritor e mesmo da sua fixação como autor do cânone.

Chego aqui a um conceito que me interessa rapidamente considerar, para o deixar de lado, privilegiando um outro, que é o que realmente neste texto importa privilegiar. Dizemos de Eça (como de Camões, de Garrett, de Herculano, de Cesário Verde ou de Fernando Pessoa) que é um escritor do cânone, na acepção hoje relativamente trivial que é aquela que designa “o elenco de autores e obras incluídos em cursos básicos de literatura por se acreditar que representam o nosso legado cultural”.³ Trata-se, a partir desta espécie de definição tão elementar como relativamente incontroversa, de reconhecer que Eça de Queirós (ou pelo menos *um certo* Eça) cons-

² A lúcida consciência que Eça teve da relevância daquelas injunções e condicionamentos acha-se traduzida em vários dos seus textos doutrinários e ensaísticos, mas em especial, com admirável agudeza e intuição, no prefácio aos *Azulejos* (1886) do Conde de Armoso, texto que foi inserido por Luís de Magalhães no volume intitulado *Notas Contemporâneas* (1909).

³ KAPLAN, C.; ROSE, Ellen C. *The Canon and the Common Reader*. Knoxville: The Univ. of Tennessee Press, 1990. p. 17.

titui um factor de legitimação dos valores, dos grande temas e das ideias estruturantes de uma comunidade que a literatura, sobretudo através do sistema de ensino, ajuda a conformar e a manter. Eça integra-se, em suma, no *cânone ocidental*, conforme o entende, não sem vezo polémico, Harold Bloom, no seu tão famoso como discutido (e discutível) *The Western Canon*.⁴ Isto me basta, por agora, porque, repito, não é esta acepção do conceito de cânone que aqui está em causa,⁵ mas uma outra que semanticamente a precede e influencia.

No âmbito de uma reflexão sobre a edição crítica das obras de Eça, falo em *cânone* para me reportar genericamente à questão da autenticidade autoral, numa acepção translata e metonímica, que consabidamente decorre de um paradigma religioso: do entendimento do cânone como conjunto de textos em que lemos a palavra divina. Nessa acepção translata, buscamos determinar que textos são da autoria material de Eça de Queirós e quais aqueles que, embora presuntivamente escritos por ele, o não são ou só o são de forma precária e, por assim dizer, acidentalmente condicionada.

Os termos em que coloco a questão parecerão talvez estranhos, especialmente a quantos tenham da obra queirosiana uma percepção pouco clara, ignorando os incidentes (e não foram poucos) que hoje sabemos terem influído no estabelecimento deste cânone autoral: para esses, os títulos *O Crime do Padre Amaro*, *A Cidade e as Serras*, *Prosas Bárbaras* ou *O Conde d'Abranhos* reportam-se, idêntica e pacificamente, a obras de Eça de Queirós. Veremos que não é bem assim; e veremos sobretudo que uma edição crítica que não atente previamente nestas questões trabalhará sobre bases extremamente instáveis e mesmo enganadoras.

2. Antes disso, contudo, referir-me-ei a três questões adjacentes, mas significativas no presente contexto. Primeira questão: a determinação da autoria (autoria *canónica*) dos textos queirosianos não se coloca, obviamente, nos mesmos termos nem com o mesmo grau

⁴ Tradução portuguesa por MARTINS, Manuel Frias. *O Cânone Ocidental*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997.

⁵ Refiro-me a este conceito de cânone que agora abandono no meu livro *O conhecimento da Literatura*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2001. p. 36-40.

de dificuldade com que discutimos a autoria de, por exemplo, um soneto de Camões ou um auto de Gil Vicente. No caso de Eça, falamos de um escritor que escreveu e publicou em tempo de produção industrial do livro impresso, vivendo relações comerciais com editores e com livreiros e até certo ponto protegido por princípios e por normas jurídicas que consagravam a propriedade intelectual – o que, por outro lado, torna mais estranhas e difíceis de aceitar certas disfunções de cânone autoral como as que atingiram a obra queirosiana.

Segunda questão: falo em *obra queirosiana* num sentido que tem muito de institucional, próximo (se é que não idêntico) do sentido em que falamos de *literatura queirosiana* (ou de *literatura garrettiana*, ou *peçoana* e assim por diante); a obra (ou a literatura) queirosiana é, então, o resultado institucionalizado da publicação de um conjunto muito alargado de textos (ficções, crónicas de imprensa, cartas, relatos de viagens, etc.) em livros, em jornais e em diversas outras publicações, antes e depois da morte de Eça, por sua vontade expressa e às vezes à revelia dela, com intervenção (editorial) directa do escritor ou de outros que o substituíram. O que significa que estamos perante interferências e condicionamentos muito variados, às vezes agindo de forma espúria e não raro extemporânea, capazes de incutirem à obra queirosiana uma feição que escapa ao controlo do seu autor.

Ainda uma última questão. Decorre daqui uma certa fortuna editorial, que obviamente não tem que ver com questões de ordem material (o que não quer dizer que alguns editores não tenham feito fortuna à custa de Eça...), resultante dos factores sumariamente mencionados. Eça é o escritor que é, tendo-se fixado numa imagem difícil de alterar, porque os seus textos tiveram o trajecto editorial que lhes conhecemos; e curiosamente (ironicamente, até) esse trajecto foi acidentado e pejado de erros, em parte por estarmos perante um escritor com enorme popularidade, muitas vezes editado e reeditado, nem sempre com cuidados e às vezes sem critério, frequentemente ao sabor de vontades que pouco tinham que ver com o rigor e com o escrúpulo editorial que um escritor da dimensão de Eça deveria merecer. O facto de o legado autoral e a reivindicação do direito de publicar Eça terem dado lugar a processos judiciais (coisa

em que não entrarei aqui) diz bem do significado e da dimensão, que é também económica, da fortuna editorial queirosiana; uma fortuna editorial que não reconhecemos noutros escritores contemporâneos do autor d'*Os Maias* (alguns deles nesse tempo bem famosos...) como Pinheiro Chagas, Abel Botelho ou Bulhão Pato.

3. Posto isto, avanço para a explanação do que, a meu ver, deve ser entendido como cânone da literatura queirosiana; e acrescento que essa explanação desde logo obriga a estabelecer secções próprias, no plano editorial por que se rege a edição crítica. Têm que ver essas secções com a vigência de uma lógica organizativa em que articuladamente estão presentes critérios de género literário e elementos de índole histórico-literária.

Sendo assim, lembrarei que, ao longo de cerca de 35 anos de vida literária, Eça de Queirós escreveu textos ficcionais (que são o grande eixo identificador da sua obra), que incluem romances, uma novela e contos; escreveu também e de forma regular textos de imprensa, sobretudo crónicas, que na sua esmagadora maioria foram publicados em jornais e em revistas de Portugal e do Brasil; redigiu ainda muitas centenas de cartas de natureza, finalidades e temas muito distintos; esboçou relatos de viagens; colaborou em diversas publicações de circunstância, normalmente obras colectivas, com destaque para almanaques em que chegou a intervir como responsável principal; por fim, traduziu uma peça de teatro e um romance.

Se quiséssemos destacar uma nota interessante, de feição histórico-literária, neste conjunto ainda considerado por grosso, observaríamos algo em que nem sempre se atenta: em vida, Eça publicou um número relativamente escasso de livros (relativamente escasso, se tivermos em conta a sua notoriedade como escritor, já então). Por junto e de sua exclusiva autoria, temos cinco títulos, a saber: *O Crime do Padre Amaro* (1876 e 1880), *O Primo Basílio* (1878), *O Mandarim* (1880), *A Relíquia* (1887) e *Os Maias* (1888). O romance epistolar *O Mistério da Estrada de Sintra* (1870) surgiu em regime de co-autoria, com Ramalho Ortigão (e não curamos agora de saber o que no seu texto pertence a cada um deles); por sua vez, os dois volumes de *Uma Campanha Alegre. De "As Farpas"* (1890-91) surgem também na esteira da co-autoria com o mesmo

Ramalho, embora, neste caso, Eça tenha autonomizado e profundamente refundido o que fora a sua participação nos caderninhos d' *As Farpas*. Para além disso e olhando agora o ritmo de publicação da ficção não-póstuma, verificamos que, em contraste com os intensos anos 70, os anos 90 parecem (enganadoramente, diga-se desde já) estéreis: depois d' *Os Maias* e em vida, Eça não voltou a publicar qualquer outro volume de ficção.

Ao que fica dito devemos desde já juntar o seguinte: praticamente todas as vezes que teve que republicar um dos seus livros, Eça introduziu no texto substanciais alterações. A única excepção é *A Relíquia* (2ª edição em 1891); mas não sabemos se com este relato se terá passado o mesmo que aconteceu com a 3ª edição (1887) d' *O Primo Basílio*, aparecida sem que ao escritor tenha sido dada a possibilidade de rever o texto – e (quem sabe?) reescrever mais uma vez o romance, como normalmente fazia, para angústia dos editores... O romance *Os Maias*, recorde-se, não foi reeditado em vida de Eça (a segunda edição é póstuma, provavelmente de 1903), o que sugere uma espécie de injusto falhanço comercial que atingiu a obra-prima da ficção queirosiana. Resta a conjectura: que texto d' *Os Maias* teríamos hoje, se Eça o tivesse reeditado?

Situação singular é a d' *O Crime do Padre Amaro*. Aludo aqui não tanto à sucessão de três versões, num lapso de tempo relativamente curto, entre 1875 e 1880, mas sim aos juízos que Eça fez sobre a primeira versão, aparecida na *Revista Ocidental*. Desse que foi um episódio de discordância e mesmo de conflito agreste entre Eça e o par Antero de Quental-Batalha Reis (responsáveis últimos pela aventura editorial que o jovem aprendiz de romancista debalde tentou suspender) resultou um caso curioso: o de um título não-autorizado, *antes ainda de concluída a publicação*. O que configura uma situação distinta daquela que muitos escritores vivem, quando pretendem abolir da lista das suas obras alguma ou algumas com que já se não identificam, fazendo-o quase sempre tempos depois da publicação original. No caso de Eça, a desautorização *a anteriori* legítima que se considere essa primeira (e defeituosa) versão como

um interessante documento histórico-literário, mas não exactamente como um título do cânone queirosiano.⁶

4. Quando entramos na zona editorial dos póstumos, a situação torna-se mais complexa e o cânone queirosiano mais discutível ou, no mínimo, “comparticipado”. Se nos reportarmos, por agora, a textos ficcionais, verificamos que o elenco de póstumos inclui, publicados como tais, oito títulos, a saber: *A Correspondência de Fradique Mendes* (1900), *A Ilustre Casa de Ramires* (1900), *A Cidade e as Serras* (1901), *Lendas de Santos* (incluído em *Últimas Páginas*, 1916), *A Capital* (1925, sem exclamação a seguir ao título nem subtítulo), *O Conde d’Abranhos* (1925, incluindo *A Catástrofe*), *Alves & Cia.* (1925) e *A Tragédia da Rua das Flores* (1980). Acresce a este título um conjunto de quatro contos (*Um Dia de Chuva*, *A Catástrofe*, *Enghelberto* e *Sir Galahad*), conjunto que, a seguirmos a lógica editorial por que se regeu a publicação dos dispersos, poderia subordinar-se ao título genérico e “neutro” de *Contos II*.

Trata-se, então, de um escritor que, pelos vistos, deixou por publicar mais textos (ficcionais) do que aqueles que editou em vida. Assim é, de facto, o que configura uma situação desde logo carregada de potencialidades interessantes, do ponto de vista da crítica genética e da crítica textual, mas devastadora no que toca à desejável autenticidade do cânone queirosiano: para abreviar, lembrarei o que se passou há pouco mais de duas décadas com as chamadas edições divergentes d’*A Tragédia da Rua das Flores*, no que foi um lamentável caso de exploração comercial do prestígio e do legado cultural de um grande escritor. Mas não foi esse o único caso, como hoje sabemos perante o que as edições crítico-genéticas d’*A Capital!*⁷ e de *Alves & Cia.* revelaram e por aquilo que em breve será evidenciado pela edição crítico-genética d’*O Conde d’Abranhos*, em curso de preparação por Irene Fialho.

⁶ A revisão crítica deste conturbado episódio está feita no estudo introdutório da já mencionada edição d’*O Crime do Padre Amaro*, edição da segunda e da terceira versões (e também da reedição de 1889), mas não da referida primeira versão, que será objecto de publicação autónoma, nessa sua condição de documento histórico.

⁷ A edição de Luiz Fagundes Duarte tratou de recuperar a exclamação que se encontra na folha de rosto das provas que Eça chegou a rever, tendo acrescentado o subtítulo *Começos duma carreira*, que a edição de 1925 ignorou.

E contudo, a situação descrita requer ainda clarificações adicionais, clarificações que vão confirmando a complexidade do cânone queirosiano, as assimetrias que o caracterizam e os reajustamentos que nele há que introduzir. Três dos sete títulos acima mencionados encontram-se numa situação peculiar e relativamente rara quando olhamos para situações similares, isto é, a de escritores cujo cânone genericamente se reparte entre póstumos e não-póstumos. Refiro-me ao facto de *A Correspondência de Fradique Mendes*, *A Ilustre Casa de Ramires* e *A Cidade e as Serras* não serem, em rigor e de forma plenamente consumada, póstumos. De facto, o que acerca destes títulos sabemos, em termos genéricos e considerados os três por junto, é o seguinte: que nos últimos anos da sua vida Eça trabalhou na reescrita de textos já em parte publicados (*Fradique e Ramires*) e na composição de um romance (*A Cidade e as Serras*) que ampliava um conto (Civilização, 1892); que esse trabalho estava por concluir, à data da morte do escritor; que nalguns casos ele estaria relativamente adiantado, já em fase de revisão de provas tipográficas; que, por fim, outras pessoas completaram o que o escritor deixou inacabado, intervindo essas pessoas nos textos em termos que é difícil precisar, mas certamente indo muito além do que seria determinado por um critério de prudente e zeloso cuidado em relação à (suposta) vontade do escritor.⁸

Parece justificar-se, então, a designação se semi-póstumos para este subgrupo de três títulos.⁹ E torna-se evidente que, conforme a edição crítica d'*A Ilustre Casa de Ramires* mostrou já, o cânone queirosiano é sensivelmente reajustado, quando na edição destes semi-póstumos intervêm critérios rigorosos e metodologicamente sustentados. Apetece, entretanto, dizer que o melhor está para vir, quando dispusermos das edições críticas d'*A Cidade e as Serras* e d'*A Correspondência de Fradique Mendes*, ambas em preparação. No segundo caso, dispomos agora de um importante manuscrito (o

⁸ Cf. MOURA, Helena Cidade. A prosa de Eça de Queirós emendada pelos seus contemporâneos. In: _____. *Estética do Romantismo em Portugal* Lisboa: Grémio Literário, s.d. p. 163-167. A edição crítica deste título, extremamente complexa e lidando com materiais desiguais e dispersos, permitirá certamente restabelecer alguma ordem (mas não uma ordem total, ao que suponho) neste cenário quase caótico.

⁹ No tomo 1º da sua fundamental *Bibliografia Queirociana* (Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1975), Ernesto Guerra da Cal cauciona esta designação, chamando a atenção para as vicissitudes de publicação dos títulos em questão (cf. p. 101-04, 116-18 e 126-29).

chamado manuscrito Salema Garção), recentemente adquirido pelo Estado; um tal elemento de trabalho, incluindo provas tipográficas e outros materiais escriturais, permitirá esclarecer, pelo menos em parte, problemas até agora de solução problemática, não sendo a menor delas a da ordenação a dar, na montagem do macrotexto que é *A Correspondência de Fradique Mendes*, às cartas fradiquistas.

5. Uma vez que estão já publicadas as edições críticas d' *A Capital!* e de *Alves e Ci^a*. e sendo certo que nas suas circunstanciadas introduções podemos ler análises minuciosas do estado em que se encontravam os respectivas manuscritos e demais materiais compositivos, não me deterei nestes títulos, a não ser para fazer dois breves comentários.

Em primeiro lugar, sublinharei (e com especial ênfase no caso dos póstumos) a importância dos espólios dos escritores para o trabalho de edição crítica, não raro suscitando inevitáveis e úteis indagações genéticas. Foi só depois de termos acesso ao espólio de Eça de Queirós que tivemos possibilidade de conhecer o tipo e a dimensão das intervenções a que editores de circunstância submeteram manuscritos inéditos. Neste aspecto e ressalvadas as boas intenções, o filho de Eça (o homónimo José Maria) ganhou inquestionável destaque, tanto pela desenvoltura com que “corrigiu”, “completou” ou “podou” (às vezes com claro propósito censório) os textos que editou, como pelo esforço que fez para mimetizar o estilo do pai, fazendo parecer de Eça o que, de facto, era de José Maria (filho). Em semelhante caso, é quase legítimo falar-se em textos semi-apócrifos.

Esta questão conduz a uma outra. É um facto que aquele esforço “correctivo” foi, não raro, bem sucedido; e o tal semi-apócrifo (refiro-me em especial ao romance *A Capital!*) passa bem por texto queirosiano autêntico. É isso suficiente, como às vezes se sugere, para legitimar uma versão espúria? É evidente que não, a menos que se encare a autoria como um labor fácil e levemente transmissível; ou então, desde que se ignore que uma coisa é engendrar uma verdadeira e admirável renovação estilística, como fez Eça, outra coisa é seguir obscura e subsidiariamente na esteira desse estilo, em registo redactorial de “escrevente”, como fez José Maria filho. A

aceitar-se a lógica da correcção, mesmo que levada a cabo com engenho estilístico, seria caso para perguntar: por que razão se não submetem a correcção póstuma os textos menores (que os têm) ou inéditos de um Garrett, de um Cesário Verde ou de um Pessoa?

6. Trato agora de explanar o que entendo ser, face ao que ficou dito e ao que a seguir se lerá, o elenco dos títulos queirosianos, organizados por secções e configurando o que considero ser o cânone da literatura queirosiana. Assim:

1. Ficção

1.1 Não-póstumos

O Mistério da Estrada de Sintra

O Crime do Padre Amaro

O Primo Bazilio

O Mandarim

A Relíquia

Os Maias

Contos - I

1.2 Semi-póstumos e póstumos

A Correspondência de Fradique Mendes

A Ilustre Casa de Ramires

A Cidade e as Serras

Contos - II

Lendas de Santos

A Capital!

O Conde d'Abranhos

Alves & Cia.

A Tragédia da Rua das Flores

2. Textos de Imprensa

Uma Campanha Alegre. De "As Farpas"

Textos de Imprensa - I (d'O Distrito de Évora)

Textos de Imprensa - II (da Gazeta de Portugal)

Textos de Imprensa - III (d'A Actualidade)

Textos de Imprensa - IV (d' A Gazeta de Notícias)

Textos de Imprensa - V (da Revista Moderna)

Textos de Imprensa - VI (da Revista de Portugal)

3. Epistolografia

*Cartas públicas**Cartas privadas*

4. Narrativas de Viagens

O Egipto e outros relatos

5. Vária

Almanaques e outros dispersos

6. Traduções

*Philidor**As Minas de Salomão*

Acerca da ficção, quer da não-póstuma, quer da semi-póstuma e da póstuma, falei já suficientemente, tendo em atenção aquilo que neste texto está em causa. Acrescentarei apenas ao já exposto que o volume de *Contos I* é, no caso dos não-póstumos, o único título não concebido, enquanto tal, por Eça. São, contudo, autorizados os textos que aquele título recobre, admiráveis relatos curtos que o escritor foi publicando ao longo da vida em jornais, em revistas e em volumes de circunstância. E não custa a crer que, se a oportunidade se lhe tivesse apresentado, Eça poderia mesmo ter reunido os seus contos num volume, porventura com outro título e seguramente com revisão e mesmo refundição dos textos. Face ao que sabemos, a postulação de um primeiro volume de contos, com aquele título genérico, constitui a forma mais cautelosa e mais segura de considerar (e de arrumar) no cânone da literatura queirosiana aqueles textos realmente de publicação não-póstuma.

Vem a seguir uma secção relativamente extensa de textos de imprensa. Ela confirma o que amplamente se sabe já: que há um Eça cronista e, em geral, colaborador de jornais e de revistas. Foi esse Eça que, nessa instância jornalística, deu largas à sua arguta e sugestiva forma de olhar o mundo, ao mesmo tempo que muitas vezes antecipou ou glosou nos textos de imprensa o que depois mode-

lou na ficção. Antes de passar a outras questões, notarei que o título *Uma Campanha Alegre. De "As Farpas"* ocupa, no conjunto, um lugar singular: por um lado, os textos que aqui se recolhem obedecem, em boa medida, à lógica e às estratégias discursivas dos textos de imprensa; por outro lado, eles provêm de um regime de publicação não exactamente jornalístico, uma vez que os pequenos folhetos aparecidos em 1871 e em 1872 eram publicados de forma autónoma e em parte cumprindo uma regularidade serial. Para além disso e diferentemente de todos os restantes textos de imprensa, eles conheceram uma publicação em vida de Eça, já que o escritor resgatou para essa edição em livro os textos de sua autoria, dissociando-os dos de Ramalho. E sempre, claro está, com drásticas alterações e mesmo supressões de textos inteiros.

É de certa forma pacífica a ordenação e a designação do conjunto de títulos que vai de *Textos de Imprensa I* a *Textos de Imprensa VI*. Conforme é notório, eles organizam-se em função do título – jornal ou revista – em que foram publicados. Parece óbvio que assim seja, uma vez que os temas, a tonalidade estilística e em geral as estratégias discursivas que enformam os textos de imprensa são directa ou indirectamente, linear ou enviesadamente condicionadas pelo lugar e pelo tempo da escrita, pelos destinatários e pela feição do órgão em que surgem. Noutros termos: os textos escritos pelo jovem Eça, em Évora, em 1867, são de cariz inevitavelmente distinto dos textos que um escritor maduro, vivendo em Paris no fim de século europeu, mandava para um jornal brasileiro.

Discutível foi o critério (ou, talvez melhor, a sua ausência) com que na tradição impressa começaram e continuaram a ser tratados estes dispersos queirosianos logo depois da sua morte. Títulos como *Cartas de Inglaterra* (1905), *Ecos de Paris* (1905) ou *Notas Contemporâneas* (1909) não são, em bom rigor, de Eça, enquanto títulos de livros, deliberada e intencionalmente escolhidos pelo escritor. Trata-se de designações de circunstância de proveniência alógrafa, normalmente da responsabilidade de Luís de Magalhães, quando muito replicando títulos de secções de jornais em que as crónicas eram dadas à estampa. E no caso de *Notas Contemporâneas* não existe qualquer justificação para tão bizarro título. Simples notas? E contemporâneas de quem ou de quê? Do que verdadeira-

mente se tratou, naquele volume que inclui alguns dos textos doutrinários e cronísticos mais brilhantes de Eça (quer dizer: algo mais do que notas...), foi de arrumar, aparentemente ao sabor do acaso, prosas que tinham ficado para trás.¹⁰

7. A partir daqui as coisas ficam mais fáceis, porque o fundamental das prosas de Eça está arrumado e encontra-se reconfigurada a porção mais ampla e certamente mais significativa do cânone da literatura queirosiana. Ainda assim, vale a pena referir o que falta, de acordo com o que conhecemos. Porque, apesar de tudo, faltam ainda textos importantes.

Uma secção também susceptível de autonomização e de identificação própria, neste cânone, é a que provém da epistolografia. Trata-se de um domínio de escrita (praticamente um género paraliterário) que, como se sabe, teve em Eça um exímio cultor. Mas não são todas da mesma natureza as cartas queirosianas: o título *Cartas públicas* reporta-se, como é óbvio, àquelas cartas a que Eça deu a ampla circulação e a alargada divulgação que é própria de textos publicados na imprensa ou em lugar prefacial. Podendo corresponder, no seu propósito e na sua estratégia discursiva, à tipologia da chamada carta aberta, as cartas públicas de Eça visam questões de ordem literária, cultural, política ou ideológica e são evidentemente distintas das *Cartas privadas*: pelos destinatários, pelos temas e até mesmo pela extensão, estas são cartas que só esporádica e acidentalmente podemos considerar como fazendo parte da chamada tradição indirecta; o que não impede que, nalguns casos, cartas em princípio particulares possam encontrar-se, do ponto de vista da sua articulação discursiva, no limiar da carta pública, para isso faltando exactamente a publicação por parte do escritor. Será exagerado dizer-se que a extensa carta que em 20 de Julho de 1873 Eça escreveu a Ramalho Ortigão, relatando a sua viagem ao Canadá e aos Estados Unidos, é um proto-relato de viagem, logo nessa altura digno de publicação? E a carta que o romancista endereçou a Teófilo

¹⁰ O caso de *Prosas Bárbaras*, reunindo sobretudo (mas não só) os textos da *Gazeta de Portugal*, parece distinto, já que o título que *post mortem* foi atribuído à recolha parece retomar uma expressão de Eça que Jaime Batalha Reis teria escutado e que evocou depois da morte do amigo (cf. REIS, J. Batalha. Na primeira fase da vida literária de Eça de Queirós. In: *Textos de Imprensa I (da Gazeta de Portugal)*, Lisboa: Imp. Naciobal-Casa da Moeda, 2004. p. 197). Apêndice.

Braga, em 12 de Março de 1878, a propósito d'*O Primo Basílio*, não é um verdadeiro texto de reflexão doutrinária, como o são as cartas públicas ao conde de Arnoso e a Luís de Magalhães?¹¹ De tais cartas pode, no mínimo, dizer-se que o próprio Eça poderia conjecturar uma sua publicação *post mortem*, num regime de utilização meta-cultural e metaliterária que anteciparia o gesto de Fernando Pessoa ao escrever a Casais Monteiro um carta autobiográfica que este deveria dar a conhecer.

8. Ainda algumas referências finais. Anunciando aquela vocação que notei na carta de 1873 a Ramalho, Eça esboçou, muito jovem ainda, verdadeiros relatos de viagem. Cumpria-se, assim, um ritual romântico (embora não apenas romântico, como é óbvio), que certamente fascinava o jovem Eça que nos fins de 1869 viajou pelo Egipto (onde testemunhou esse grande acontecimento da época que foi a abertura do Canal de Suez) e pela Palestina, tendo certamente (e epigonalmente...) presente o exemplo de outros viajantes célebres: Chateaubriand, Renan, Flaubert, etc. Desses e também do Taine autor de uma *Voyage en Italie* de que Eça traduzira e publicara fragmentos no *Distrito de Évora*. E assim, o título póstumo *O Egipto*, forma, de facto, um volume que acolhe também *outros relatos*, alguns já publicados em vida, no *Diário de Notícias* (em 1870) e no *Almanaque das Senhoras para 1872* (em 1871), bem como notas de viagem deixadas inéditas e dadas à estampa em 1966, em *Folhas Soltas*.

Esta espécie de lógica dos dispersos (éditos e inéditos) confirma-se num outro volume que recolhe textos apesar de tudo muito importantes no cânone da literatura queirosiana. Pode chamar-se a esse volume *Almanaques e outros dispersos*; e realça-se assim, logo no título, um aspecto interessante do labor cultural de Eça no fim de século: a edição de almanaques, por razões, como é óbvio, de carácter económico. Para além disso, este volume de dispersos recebe textos tão relevantes como “Idealismo e realismo”, o prefácio das *Aquarelas* de João Dinis, “O Francesismo” ou “Um Génio que era um Santo”, textos muito distintos, quando à conformação, ao propósito e ao fim que Eça lhes deu. Textos que, assim, aparecem sob

¹¹ Ambas de 1886 e insertas, na tradição até agora vigente, no bizarro volume de *Notas Contemporâneas*, editado por Luís de Magalhães.

uma designação e de acordo com um critério certamente mais coerente do que os daquele estranho livro *Notas Contemporâneas*.

Por fim, as traduções. Porque Eça também traduziu – ou até mais do que isso – certamente e de novo por razões económicas. E sem termos que entrar na discussão da componente criativa em toda a tradução literária, não podemos ignorar que Eça traduziu *Philidor*, de Joseph Bouchardy e *As Minas de Salomão*, de Rider Haggard. Se a primeira é mal conhecida (só em 1982 foi publicada, com leitura de Pedro da Silveira), já a segunda configura um caso muito interessante de reelaboração e mesmo de enriquecimento estilístico de um romance que na época teve grande sucesso. Foi esse sucesso, aliado ao facto de, no final dos anos 80 e nas vésperas do Ultimato, a África estar na ordem do dia, que justificou a publicação daquela tradução, primeiro na *Revista de Portugal* (de Outubro de 1889 a Junho de 1890) e depois (em 1891) em livro.¹²

9. O cânone da literatura queirosiana surge, assim, reestruturado e consolidado, à luz de critérios e de ponderações que entendo serem mais fiáveis e consistentes do que os motivos que presidiram, deste a morte do escritor, a publicações erráticas, a títulos injustificados e a arrumações às vezes caóticas. E a edição crítica em vias de publicação está já a seguir esta nova configuração do cânone queirosiano, configuração que ela mesma, de resto, suscitou.

Dir-se-á que é difícil abandonarmos títulos como *Prosas Bárbaras* ou *Notas Contemporâneas* ou até mesmo a designação d'*A Capital!* sem o ponto de exclamação que Eça claramente lá pôs. Se nos lembrarmos do que aconteceu com muitos outros escritores – Fernando Pessoa é o caso mais fagante, mas não único –, fácil se torna verificar que, às vezes muitos anos depois da sua morte, torna-se necessário redesenhar, renomear e rearrumar (e quando calha até mesmo repensar a autoria) do que parecia definitivo. Assim se faz, se quisermos reger o tratamento do nosso património literário por princípios de rigor e de seriedade.

¹² No momento em que escrevo este texto, está em vias de publicação a edição crítica d'*As Minas de Salomão*, por Alan Freeland.